

Sábado, 28 de Dezembro de 2024

Estratégia de defesa de Bolsonaro é rifar militares, avaliam indiciados por tentativa de golpe

ATENTADO CONTRA DEMOCRACIA

g1

A estratégia de defesa de Jair Bolsonaro (PL) é afastá-lo da trama golpista e transferir responsabilidade para os militares, avaliam integrantes das Forças Armadas indiciados pela tentativa de golpe, ouvidos sob anonimato.

“Bolsonaro está rifando os militares”

O entendimento é uma reação direta à fala do advogado de Bolsonaro, Paulo Cunha Bueno, ao Estúdio i, na sexta-feira (29).

Na ocasião, Cunha Bueno afirmou que os maiores beneficiários do golpe seriam os integrantes de uma junta militar prevista para ser criada após os assassinatos de Lula (PT) e de seu vice, Geraldo Alckmin (PSB), antes da posse, e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

"Quem seria o grande beneficiado? Segundo o plano do general Mário Fernandes [um dos indiciados], seria uma junta que seria criada após a ação do Plano Punhal Verde e Amarelo, e nessa junta não estava incluído o presidente Bolsonaro", disse o advogado do ex-presidente.

A fala de Cunha Bueno faz referência a um gabinete de crise, planejado pelos golpistas, que seria comandado pelos generais Braga Netto e Augusto Heleno, respectivamente ministros da Casa Civil e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governo Bolsonaro.

Também integrariam o órgão o próprio general Mário Fernandes, que era secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Filipe Martins, ex-assessor de Bolsonaro, e outros civis e militares.

Militares ouvidos pelo **blog**, entretanto, rechaçam a versão de que Bolsonaro – por não integrar o gabinete de crise – não seria beneficiário do golpe.

Esses militares alegam que órgão existiria para assessorar uma autoridade – no caso, Bolsonaro. Além disso, ressaltam que dificilmente algum militar daria um golpe no ex-presidente pois todos acreditavam no "projeto de país" que ele vendia.

Para advogados, negar a autoria é último recurso de Bolsonaro

Para advogados ouvidos pelo **blog**, diante da farta materialidade, que impede negar a existência de um golpe em curso, Bolsonaro não tem outro caminho a não ser negar participação.

A manobra, no entanto, pode custar caro ao ex-presidente, e estimular militares a fechar acordo de delação premiada – embora a Polícia Federal tenha concluído o inquérito, a Procuradoria Geral da República (PGR) ainda não ofereceu a denúncia e, em tese, poderia aceitar novos colaboradores.

A preocupação é maior com os generais Estevam Theophilo Gaspar de Oliveira, que foi comandante de Operações Terrestres entre o final de março de 2022 ao final de novembro de 2023 e colocou suas tropas à disposição do golpe, segundo a PF; e o general de brigada Mário Fernandes.

Nos acordos de delação, os colaboradores precisam entregar informações sobre pessoa que estavam acima deles na estrutura criminosa, o que pode devolver a bomba para o colo de Bolsonaro.